

**NOTA TÉCNICA | PESQUISA DE ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DO CONSUMIDOR  
(PEIC)**

Maceió - Março de 2026

**Lucas Sorgato,**

*assessor econômico do Instituto Fecomércio AL*

Os dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) para Maceió, referentes a março de 2026, revelam um momento bastante característico do ciclo econômico das famílias no primeiro trimestre. Após o forte impacto financeiro de janeiro e o processo de ajuste observado em fevereiro, março tende a funcionar como um período de “acomodação” do orçamento doméstico, no qual os efeitos do endividamento recente começam a se consolidar. Nesse contexto, o comportamento dos indicadores permite avaliar se as famílias estão conseguindo estabilizar sua situação financeira ou se o aumento do crédito começa a gerar pressões adicionais.

Em março de 2026, o percentual de famílias endividadas atingiu 83,40%, registrando um leve crescimento em relação a fevereiro (83,12%) e mantendo-se significativamente acima do observado no mesmo período do ano anterior (79,60%). Esse movimento indica que o endividamento segue em patamar elevado e ainda em expansão, embora com intensidade menor do que a observada nos meses anteriores. Do ponto de vista econômico, isso sugere que o crédito continua sendo utilizado como instrumento de sustentação do consumo, mas já sem a mesma aceleração típica do início do ano, refletindo um cenário de maior cautela das famílias.

**Tabela 01:** Resultados de endividamento em Março de 2026 (% de famílias)

Período	Endividados	Contas em Atraso	Não Terão Condições de Pagar
fev/25	79,60%	38,00%	10,50%
jan/26	83,12%	29,10%	7,95%
fev/26	83,40%	29,80%	8,50%
<b>Variação Mensal</b>	0,28%	0,70%	0,55%
<b>Variação Anual</b>	3,80%	-8,20%	-2,00%

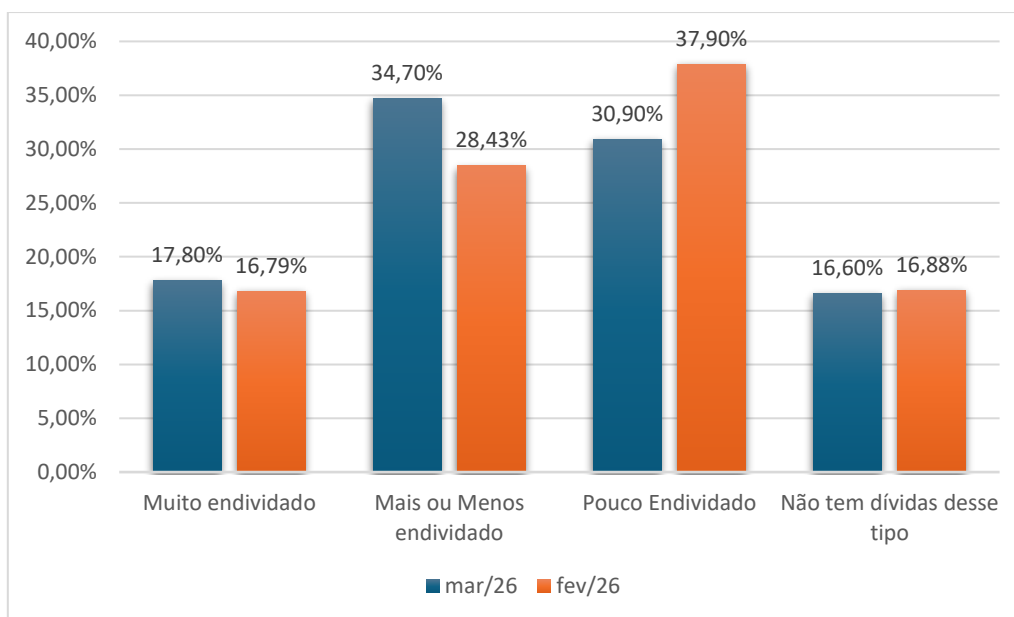
**Fonte:** Instituto Fecomércio AL com base nos dados da Confederação Nacional do Comercio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

A dinâmica da inadimplência, por sua vez, apresenta uma leve inflexão em março. O percentual de famílias com contas em atraso subiu para 29,80%, após ter recuado para 29,10% em janeiro, embora permaneça muito abaixo dos 38,00% registrados em março de 2025. Esse comportamento é bastante coerente com a lógica do mês: as dívidas assumidas no início do ano começam a vencer, e parte das famílias passa a enfrentar maior dificuldade em manter os pagamentos em dia. Ainda assim, o nível atual de inadimplência é significativamente inferior ao do ano anterior, o que indica uma melhora estrutural na capacidade de pagamento, possivelmente associada a ajustes financeiros e renegociações realizadas ao longo dos últimos meses.

O indicador de superendividamento também apresentou leve aumento, alcançando 8,50% em março de 2026, após 7,95% em janeiro e 8,96% em fevereiro, mas ainda abaixo dos 10,50% observados em março de 2025. Esse dado reforça a leitura de que, embora haja uma melhora em relação ao ano anterior, o início do segundo trimestre começa a trazer sinais de pressão sobre as famílias mais vulneráveis,

especialmente à medida que o acúmulo de dívidas começa a impactar o orçamento de forma mais intensa.

**Gráfico 01:** Comparativo de nível de endividamento.



**Fonte:** Instituto Fecomércio AL com base nos dados da Confederação Nacional do Comercio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

A composição do endividamento por intensidade também traz sinais importantes. Observa-se, no gráfico acima, crescimento tanto no grupo de famílias “muito endividadas” quanto no de “mais ou menos endividadas”, enquanto há redução no grupo de “pouco endividadas”. Esse movimento indica uma migração das famílias para níveis mais elevados de comprometimento financeiro, o que tende a aumentar o risco de inadimplência nos meses seguintes. Em outras palavras, o problema não está apenas no volume de famílias endividadas, mas na qualidade desse endividamento, que se torna mais pesado e mais difícil de administrar ao longo do tempo.

A tabela a seguir, mostra, em termos econômicos, que o aumento do endividamento em março não ficou restrito à baixa renda; houve disseminação também na renda mais alta, possivelmente por parcelamentos, reorganização de gastos do início

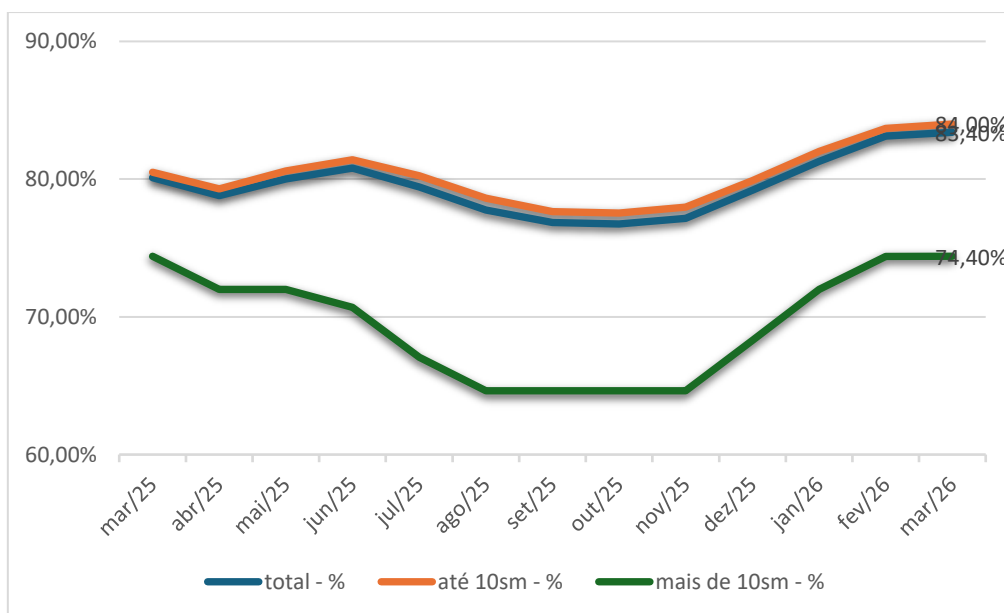
do ano e decisões de consumo financiado. Ainda assim, o risco sistêmico continua sendo maior na baixa renda, pela menor folga orçamentária.

**Tabela 02:** Variação mensal por faixa de renda dos subíndices do nível endividamento

	até 10sm - %	Variação Mensal	mais de 10sm - %	Variação Mensal
<b>Muito endividado</b>	18,10%	1,31%	12,20%	1,22%
<b>Mais ou Menos endividado</b>	35,00%	6,57%	30,50%	4,89%
<b>Pouco Endividado</b>	30,90%	-7,00%	31,70%	-6,10%
<b>Não tem dívidas desse tipo</b>	16,00%	-0,88%	25,60%	-0,01%

Fonte: Instituto Fecomércio AL com base nos dados da Confederação Nacional do Comercio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

**Gráfico 02:** Evolução do percentual das famílias endividadas por renda em Alagoas  
 (mar/25 – mar/26)



Fonte: Instituto Fecomércio AL com base nos dados da Confederação Nacional do Comercio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

A análise por faixa de renda evidencia que o aumento do endividamento continua sendo mais intenso entre as famílias de menor renda. Em março de 2026, o percentual de endividamento nesse grupo atingiu 84,00%, enquanto entre as famílias com renda superior a 10 salários-mínimos o indicador permaneceu em 74,40%. Esse diferencial reforça a ideia de que o crédito, para a baixa renda, tem papel estrutural no equilíbrio do orçamento, funcionando muitas vezes como complemento da renda, enquanto para a alta renda ele está mais associado a decisões de consumo e financiamento planejado.

**Tabela 03:** Nível de endividamento total desagregado por renda em Maceió – mar/26

Período	até 10sm - %	mais de 10sm - %
mar/25	80,50%	74,40%
fev/26	83,69%	74,39%
mar/26	84,00%	74,40%

**Fonte:** Instituto Fecomércio AL com base nos dados da Confederação Nacional do Comercio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

No recorte da inadimplência por renda, percebe-se que, embora o atraso ainda seja mais elevado entre as famílias de menor renda (31,30%), houve um aumento relevante entre as famílias de maior renda, que passaram de 6,10% em fevereiro para 8,50% em março.

Esse movimento sugere que o aumento do endividamento observado nos meses anteriores começa a produzir efeitos também entre os consumidores de maior renda, ainda que em menor intensidade. Trata-se de um sinal importante, pois indica que o aperto financeiro não está restrito apenas ao consumo popular.

**Tabela 4:** Famílias com contas em atraso em Maceió (% entre os endividados) – mar/26

Período	até 10sm - %	mais de 10sm - %
mar/25	39,20%	10,10%
fev/26	30,78%	6,10%
mar/26	31,30%	8,50%

**Fonte:** Instituto Fecomércio AL com base nos dados da Confederação Nacional do Comercio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

**Tabela 05:** Famílias que não terão condições de pagar as dívidas em Alagoas (% entre os endividados) - mar/26

Período	até 10sm - %	mais de 10sm - %
mar/25	11,20%	0,00%
fev/26	8,96%	0,00%
mar/26	9,50%	0,00%

**Fonte:** Instituto Fecomércio AL com base nos dados da Confederação Nacional do Comercio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

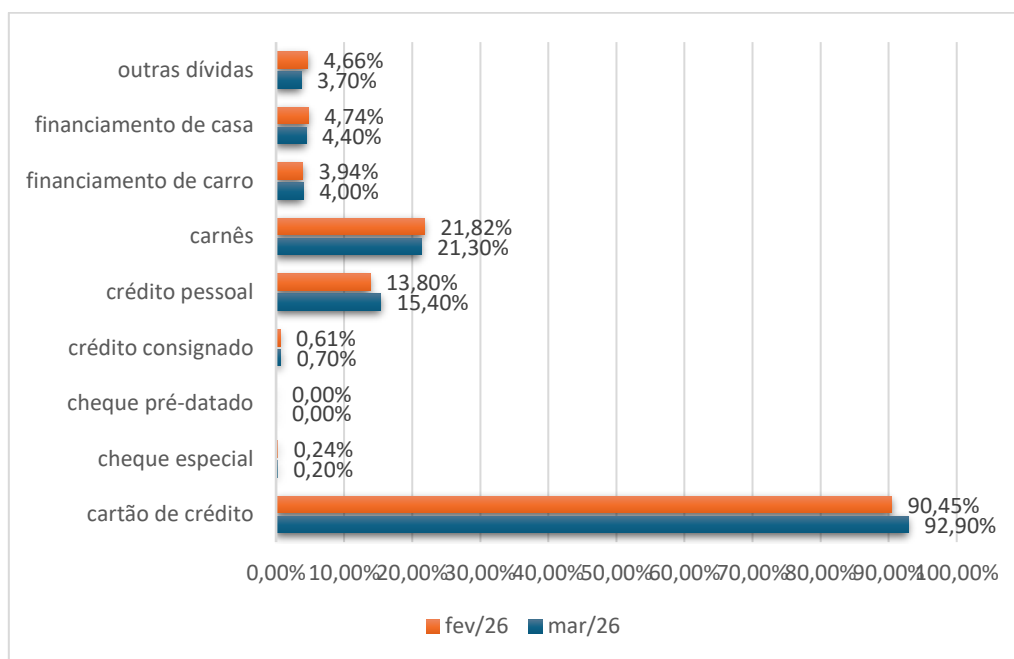
O superendividamento, por sua vez, permanece concentrado nas famílias de menor renda, com 9,50% dos endividados nessa faixa declarando não ter condições de pagar suas dívidas, enquanto entre as famílias de maior renda o indicador segue praticamente inexistente.

Esse dado reforça a vulnerabilidade estrutural da baixa renda e a necessidade de atenção especial a esse segmento, tanto do ponto de vista de políticas públicas quanto de estratégias de crédito no comércio.

A leitura do gráfico 03 evidencia que o cartão de crédito permanece amplamente dominante como principal instrumento de endividamento das famílias, concentrando mais de 92% das dívidas. Esse comportamento não é apenas estrutural, mas se

intensifica ao longo do primeiro trimestre, especialmente após o período de maior consumo de fim de ano e das despesas concentradas em janeiro. Em março, o cartão tende a refletir o acúmulo dessas decisões passadas, funcionando como um “estoque de dívida” que vai sendo carregado ao longo dos meses. Do ponto de vista econômico, isso é um fator de atenção relevante, pois o cartão, apesar de facilitar o consumo, possui alto custo financeiro e contribui para a deterioração gradual da capacidade de pagamento, especialmente quando há uso recorrente do crédito rotativo ou parcelamentos sucessivos.

**Gráfico 05:** Tipos de dívida das famílias em Maceió – Mar/2026



**Fonte:** Instituto Fecomércio AL com base nos dados da Confederação Nacional do Comercio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Na sequência, o gráfico indica a presença significativa dos carnês e do crediário, que continuam sendo instrumentos importantes, sobretudo no consumo das famílias de menor renda. Em março, esse tipo de dívida tende a refletir compras realizadas ainda no início do ano, especialmente em bens duráveis de menor valor. Diferentemente do

cartão, o carnê possui parcelas mais previsíveis, o que pode facilitar o planejamento financeiro. No entanto, ele transfere diretamente o risco para o comerciante, que passa a ser o financiador da operação. Em um ambiente em que o nível de endividamento está elevado e a inadimplência começa a apresentar leve alta, esse modelo exige maior rigor na análise de crédito.

O crédito pessoal, apesar de representar apenas 15,4% das dívidas, também aparece com participação relevante no gráfico, e sua interpretação é essencial. Esse tipo de dívida costuma ser acionado quando o orçamento já está pressionado, funcionando muitas vezes como mecanismo de cobertura de despesas correntes ou até de rolagem de dívidas anteriores. Em março, sua presença indica que parte das famílias já está em fase de ajuste financeiro, tentando reorganizar o orçamento após o aumento do endividamento ocorrido nos meses anteriores. No entanto, como se trata de uma modalidade com juros elevados, o uso recorrente do crédito pessoal pode acelerar o processo de deterioração financeira, tornando-se um indicativo de vulnerabilidade.

Os financiamentos de veículos e imóveis, por sua vez, aparecem com menor participação no número de famílias, mas possuem grande relevância em termos de valor. Esses tipos de dívida estão mais concentrados nas famílias de maior renda e possuem prazos mais longos, o que dilui o impacto mensal no orçamento. Em março, esses financiamentos tendem a permanecer relativamente estáveis, mas o aumento geral do comprometimento da renda pode reduzir a capacidade dessas famílias de assumir novos financiamentos ao longo do ano. Além disso, essas modalidades são altamente sensíveis ao nível de juros, o que pode restringir ainda mais o consumo de bens duráveis.

Outro ponto importante revelado pelo gráfico é a sobreposição de diferentes tipos de dívida. Muitas famílias não estão endividadas em apenas uma modalidade, mas combinam cartão de crédito, carnê e crédito pessoal simultaneamente. Essa combinação aumenta significativamente o risco, pois eleva o custo médio da dívida e reduz a flexibilidade financeira. Mesmo que individualmente cada dívida pareça administrável, o conjunto pode comprometer uma parcela relevante da renda mensal, especialmente em um contexto de inflação ainda pressionando itens essenciais.

Assim, a leitura econômica para março é de um ambiente de estabilidade frágil: as famílias ainda conseguem manter o consumo e, em grande parte, honrar seus compromissos, mas já começam a apresentar sinais de desgaste financeiro. Nesse contexto, torna-se fundamental adotar estratégias mais prudentes de concessão de crédito, intensificar ações de renegociação e acompanhar de perto a evolução da renda e do emprego, que serão determinantes para a sustentabilidade do consumo ao longo do ano.